

A ascensão do Antiescravismo e as Representações Britânicas da Escravidão Ibérica (Século XVIII)

Filipe Robles

Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
filiperobles@id.uff.br

Resumo: Nesta pesquisa, ainda em andamento, pretendemos aprofundar a tese da historiadora Linda Colley de que a identidade britânica se construiu a partir de uma contraposição aos países católicos da Europa Continental. Nosso intuito específico é entender, a partir dos avanços da historiografia que debate a relação entre império e escravidão, em que medida essa oposição identitária favoreceu a crítica ao escravismo. Esta nota, portanto, apresenta resultados parciais da pesquisa e indica futuros passos.

Palavras-chave: Império. Abolicionismo. Grã-Bretanha.

Introdução

No século XVIII viram-se acontecimentos, processos políticos e fenômenos sociais que mudaram profundamente a vida social, a cultura e as instituições políticas que existiam até então. Podemos citar como exemplos: a Revolução Francesa que foi um acontecimento tão central que é tida como marco zero da época em que vivemos; a Revolução Americana cujo pioneirismo levou a meio século de independências nas Américas; o início das campanhas abolicionistas, as quais vieram a colocar em cheque uma instituição milenar e, ainda, o surgimento de uma esfera pública, fruto do aumento da produção de livros, revistas e jornais, bem como da expansão de sociedades de leitura e clubes literários.

Ao longo dos setecentos houve uma proliferação de vários tipos de publicações, desde jornais, como dissemos, até literatura infantil e sermões. Nesse sentido, cada vez mais pessoas puderam ter acesso a leituras variadas, não sendo elas mais tanto restritas às bibliotecas de membros das elites (HARRIS, 2007). Um impacto dessa circulação ampliada de jornais, livros e periódicos foi a formação de clubes de livros a partir dos anos 1730. Por

exemplo: cafés forneciam jornais, panfletos e até livros para seus clientes que ali se reuniam. Esses círculos sociais foram a base do que podemos chamar de esfera pública literária. No momento em que se consolidavam os círculos literários na França e na Alemanha, na Inglaterra eles já tomavam um novo rumo. Agora, eles podiam “discutir mediante razões”, atuar politicamente, influenciando as decisões de Estado, apelando para opiniões que não eram mais individuais, mas tinham a força de um coletivo, de várias vozes que ecoavam ao mesmo tempo (HABERMAS, 2014). Surgia uma nova instância para a ação política, na qual o poder não estava em promulgar leis ou aplicá-las, estava na força moral de uma opinião pública. Segundo Koselleck (1999, p. 50):

Embora os súditos tenham abdicado de todo o seu poder para colocá-lo à disposição do Estado, e por isso não possam agir contra um cidadão além do que é autorizado pelas leis do país, ainda assim eles preservam a capacidade de formar opinião boa ou má, de aprovar ou reprovar os atos daqueles com quem convivem ou dialogam. Os cidadãos não têm nenhum poder executivo, mas possuem e conservam o poder espiritual do juízo moral.

Notavelmente, os jornais têm a capacidade de fazer com que várias pessoas saibam de um fato ao mesmo tempo, e assim dar elementos para discussão numa esfera pública que pode formar uma opinião consensual em favor ou contra certas medidas, a favor ou contra certas instituições. Além disso, os jornais se mostraram um meio de operar nas percepções das pessoas, nas sensibilidades de seu público. Tomemos como exemplo o tráfico de escravos. Embora houvessem revoltas de escravos desde a antiguidade, nenhuma delas havia colocado em cheque essa instituição; apesar de existirem filósofos hostis à escravidão, até o século XVIII ela ainda era vista como uma necessidade econômica.¹ No entanto, foi num momento específico da história – o mesmo da ascensão da esfera pública – e numa parte específica do globo, que a escravidão passou a ser vista como algo ruim (DRESCHER, 1999).

A historiografia atual aponta os seguintes fatores para essa mudança de percepção: 1) Na Grã-Bretanha, uma literatura, datada do século XVII, passou a explorar noções de crueldade, tortura e sofrimentos físicos à época de conflitos religiosos; 2) Desenvolvimento de conceitos de direito natural na filosofia anglo-saxã; 3) Revoltas de escravos em maior número na primeira metade do século XVIII que puderam, sobretudo a partir dos anos 1720, ser difundidas na sociedade britânica por meio de jornais (ELTIS, 2009). Nesse sentido, a ampliação da circulação da imprensa, por sua vez noticiando revoltas de escravos e brutalidades envolvendo o tráfico de cativos, ajuda-nos a entender como uma sensibilidade antiescravista começou a penetrar nas consciências individuais. Contudo, esse fato por si só

¹ Por exemplo, Montesquieu em “Espírito das leis”.

não é suficiente se quisermos investigar, em outro nível de análise, o que permitiu a existência de ações massivas contra tráfico de escravos e a resposta do Estado britânico a essas ações (HOLT, 1990).

À luz dessas considerações, nessa pesquisa buscaremos articular o processo de emergência de uma esfera pública com as disputas interimperiais no século XVIII, sobretudo entre a Grã-Bretanha e o mundo católico ibérico. Analisaremos as representações da escravidão portuguesa e espanhola feitas em jornais britânicos entre 1707 (tratado da união que dá origem à Grã-Bretanha) e 1783 (primeira petição contra o tráfico de escravos apresentada no parlamento britânico) verificando se, como supomos, procurava-se caracterizá-las como símbolos do atraso de uma Europa Católica da qual o nascente Reino Unido procurava cada vez mais se diferenciar. Notemos com Linda Colley (1992, p. 15) que “um dos argumentos recorrentes de ‘Britons’ é que o catolicismo opressivo de várias partes da Europa continental, e especialmente da França e Espanha, forneceu à recém-inventada Grã-Bretanha um formidável ‘outro’ contra o qual ela poderia facilmente se definir”.

Por fim, apontamos para a hipótese de que a necessidade de se diferenciar de um mundo católico foi um dos elementos centrais na construção do império britânico e que as representações da escravidão ibérica, por sua vez, num contexto de emergência de uma esfera pública, foi um dos aspectos desse fenômeno, que talvez tenha tido um papel importante na ascensão de sentimentos antiescravistas e abolicionistas. Se alguns sustentam que a “britanidade” estimulou a expansão escravista, aqui investigaremos se ela pôde também ser acionada para contestá-la, afinal, uma nação que queria se ver como livre, como expressão da liberdade, tinha todo o direito, senão a obrigação, de fazê-lo.

Contexto Historiográfico

Essa pesquisa se propõe a ser um estudo sobre as representações da escravidão ibérica feitas na Inglaterra durante uma parte do século XVIII. Pela própria proposição do objeto que cruza dinâmicas sociais no império português e espanhol e os discursos sobre elas no seio do império britânico, faz-se necessário uma abordagem transnacional (senão global, ao menos atlântica). Sendo isso mais reforçado pela tese de Linda Colley (1992) de que a identidade britânica foi forjada a partir da alteridade com a Europa Católica, sobretudo a França e a Espanha.

Além disso, como articulou Cañizares-Esguerra (2006), a perspectiva transnacional pode ter um papel metodológico considerável nas formas atuais de se escrever história do novo mundo e dos impérios atlânticos no sentido de serem um antídoto à teleologia. Isso é

particularmente importante para o nosso argumento de que a “britanidade” pôde ser acionada na contestação da escravidão. Se considerarmos o império britânico como um todo, as colônias britânicas na América e os próprios Estados Unidos independente, é possível verificar também uma espécie de paradoxo da liberdade, onde a escravidão racial sustentou ideias de igualitarismo e liberdade entre os brancos (MORGAN, 2000). Ou seja, as concepções libertárias que possam existir na sociedade britânica não levaram inevitavelmente à abolição da escravidão.

Sobre as causas da emancipação do tráfico e posteriormente dos cativos, as primeiras interpretações que os historiadores fizeram foram muito próximas às dos próprios abolicionistas, muitas vezes enfatizando o valor humanitário da emancipação sob pequenas desvantagens econômicas. Reginald Coupland (1933), ao escrever uma biografia sobre William Wilberforce, definiu o movimento abolicionista como uma cruzada moral britânica. Esse tipo de significação dada ao antiescravismo formou a chamada escola imperial que permaneceu dominante na historiografia britânica até os anos de 1940 quando, em Oxford, Eric Williams (2012) defendeu a tese de doutorado que seis anos depois se tornou o seu famoso livro “Capitalismo e Escravidão”. Nele, Williams (2012, p. 284) olha para os aspectos econômicos da destruição da escravidão no Império Britânico e defende que:

O capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio. Mas, com isso, ajudou a criar o capitalismo industrial do século XIX, que se virou e destruiu a força motriz do capitalismo mercantil, a escravidão e todo o seu funcionamento.

Na década de 1960, sem propriamente contestar o trabalho de Williams, David Brion Davis (1968) lançou seu “*O Problema da Escravidão na cultura ocidental*” no qual ele procurou rastrear as ideias antiescravistas ao longo dos séculos. Esse trabalho se inseriu no contexto dos anos 1960 e 70 em que, muito devido aos *Civil Right Movements*, houve uma certa explosão de trabalhos sobre escravidão e antiescravismo. De fato, a questão central para Davis nesse livro é a retaguarda cultural que antecede a era das revoluções, o período pós-revolução americano. Desde meados do século XVIII, as formulações de Diderot, Montesquieu e Hutcheson deram a base para a propaganda antiescravista dos quakers num período posterior. A produção de livros, sermões, panfletos, peças de teatro do período da segunda metade dos setecentos puderam criar, para ele, um mudança cultural que influenciou até mesmo senhores de escravos como George Washington e Thomas Jefferson, tanto mais porque foi no governo deste último e com o apoio dele que o tráfico foi abolido nos EUA (WILENTZ, 2006). No mais, David Brion Davis aqui não está tão interessado numa mudança nas sensibilidades e nas atitudes concernentes à crueldade ou à escravidão, o que é uma tendência bem mais atual da historiografia. Por outro lado, ele próprio num

ensaio recente afirmou que, se reescrevesse o livro hoje, incorporaria essas novas contribuições (DAVIS, 2008).

Na década de 1970, contrariando o que se tornara uma ortodoxia naquela altura, Seymour Drescher (2010) lançou uma crítica frontal às teses de Eric Williams em seu livro *“Econocide: British Slavery in the era of Abolition”*. Ele notou, ao contrário do historiador de Trinidad y Tobago, que a ascensão do antiescravismo se deu num período de clímax da produção de algodão nas colônias britânicas da América e este era um produto importante para a Inglaterra naquele período. Além disso, alguns dos novos territórios no final do século XVIII e início do XIX eram escravistas e não havia, até 1813, uma política econômica definida no império britânico, sendo anacrônico, nesse sentido, falar em adesão plena ao *laissez-faire* como causa da emancipação. Portanto, para Drescher, não é possível associar diretamente o antiescravismo a um antimercantilismo, nem tampouco a uma política econômica imperial que ainda não estava definida na época da abolição do tráfico.

Ainda nos anos de 1970, Roger Anstey (1975) escreveu *“The Atlantic Slave Trade and British Abolition”* em que ele apontava para um aspecto da estratégia dos ativistas antiescravistas que lhes proporcionou sucesso: eles tencionaram antes o tráfico de escravos para áreas estrangeiras e recém adquiridas – isto em nome do interesse nacional – para depois fazer mais pressão sobre as áreas tradicionalmente britânicas. E, depois, mais uma vez para responder aos interesses nacionais, instigaram outras nações à também abolirem o tráfico, o que tornaria a medida menos custosa para a Inglaterra. Contudo, esse não é propriamente um alinhamento com as teses expostas por Eric Williams, visto que o próprio Roger Anstey indica a ausência de motivações econômicas diretas entre os líderes do movimento abolicionista britânico (ENGERMAN, 1976).

Dentre os trabalhos mais recentes estão: David Eltis (2009), Philip Morgan (2000), Thomas Haskell (1985), Robin Blackburn e Christopher Brown (2006). Há alguns historiadores que, mesmo discordando de Eric Williams, veem uma relação entre industrialização e abolição, ainda que a natureza dela não seja o interesse econômico bruto, a lucratividade do trabalho livre. Esse é o caso do clássico debate entre David Brion Davis e Thomas Haskell (1985), que aconteceu no seio da *American Historical Review* em 1985, a respeito do problema da conexão entre capitalismo e humanitarismo. Eles queriam entender se houve e qual era a natureza da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão do humanitarismo em fins do século XVIII. De um lado, Davis explicava que, com o capitalismo, emergiu uma classe burguesa interessada em atacar a escravidão em favor do trabalho livre, mas isso se devia menos à lucratividade bruta desse último e mais no sentido de afirmar valores como a disciplina de trabalho. Para Davis, uma evidência disso

é que os abolicionistas se indignaram com o trabalho escravo, mas não estavam muito conscientes das condições de trabalho nas fábricas. Nesse sentido, ele desenvolveu que, mesmo não tendo interesse em lucrar com o trabalho livre, os abolicionistas estavam respondendo a interesses de classe, no sentido mais amplo do termo.

Essa ideia é reforçada pela análise sociológica que Davis (1975) fez dos quadros mais ativos das sociedades antiescravistas e entre os quakers em “*The problem of slavery in the age of revolution*”. A sua conclusão foi de que os quakers eram o maior grupo engajado na maioria das sociedades abolicionistas e eles muitas vezes eram ricos comerciantes, banqueiros, pessoas influentes, sobretudo na América do Norte. No entanto, Haskell colocou uma crítica à premissa de Davis ao afirmar que para dizer que algumas pessoas são movidas por interesses de classe seria preciso, para um historiador, demonstrar que ela pretende promover os interesses da classe dela, seria preciso demonstrar que elas têm esse intento. Não cabendo assim, ao menos para um historiador, indicar interesses inconscientes das pessoas, pois já é uma tarefa suficientemente complicada descobrir as intenções conscientes dos agentes históricos. Para Haskell, a conexão entre capitalismo e humanitarismo não se dá pela via dos interesses de classe, mas “pelos efeitos multifacetados do mercado”. O capitalismo teria contribuído para a emancipação dos escravos, pois ele foi uma pré-condição para a expansão dos limites convencionais da percepção causal sobre a escravidão, para o desenvolvimento de um senso de responsabilidade moral em alguns indivíduos (por exemplo, os quakers) que os levou a atuar politicamente pela abolição (ASHWORTH, 1987).

Em 2000, Jack Greene (2000) publicou um artigo na revista *Slavery&Abolition* em que ele apontava para o fato de que, na primeira onda imperialista britânica (na América), havia a tendência de transplantar os valores culturais do velho mundo para o novo, mas nas Índias Ocidentais o valor da liberdade era restrito a um setor específico da sociedade: os britânicos. Os escravos africanos não participavam dessa exclusiva identidade.

Nessa linha, outro autor que explorou a questão das identidades e a relação delas com a abolição da escravidão foi David Eltis (2009). De acordo com a tese que Eltis defendeu em *Abolition and identity in the very long run*, a “abolição pode ser melhor entendida como uma fase de um grande choque de identidades” que teria começado em 1492 com Colombo. Num primeiro momento, como consequência desse choque, houve a ascensão do tráfico de escravos, mas depois – com um alargamento nas percepções de *insider* e *outsider* – o resultado foi uma lenta acomodação cultural, que desembocou na sua abolição. Além disso, o historiador norte-americano destacou o papel da imprensa que, expandida a partir da década de 1720, teve o papel de relatar as violências no atlântico para o público inglês e, com isso, ajudou nas mudanças na percepção pública da escravidão.

Ademais, Christopher Leslie Brown (2006) notou a existência de atitudes antiescravistas antes mesmo dos primeiros grupos organizados abolicionistas. Em 2006, ao publicar *Moral Capital: Foundations of British abolitionism*, ele explorou a relação entre senhores de escravos nas colônias e alguns personagens metropolitanos no início do século XVIII. Num episódio que ele analisa, um anônimo publica num jornal em Londres uma eloquente crítica aos senhores de escravos, caracterizando-os como “torturadores, opressores e inimigos dos negros”; contudo, um clérigo anglicano, que já havia saído em defesa de senhores outras vezes, responde que todas as nações com possessões no ultramar acharam necessário fazer uso da escravidão para tal empreendimento e a coroa também concordou com a sua legalidade. Para Brown, uma das dificuldades que aqueles que queriam trazer a questão da escravidão para o debate público enfrentavam era que costumeiramente a escravidão e o tráfico se associavam à riqueza e o poder do império. Ou seja, tanto para o desenrolar das atividades econômicas nas colônias quanto para a disputa com impérios rivais a escravidão era necessária. Um império sem escravos, para muitos, era impensável. Segundo Brown (2006, p. 211), os abolicionistas tinham uma tarefa mais complexa do que apontar para a imoralidade da escravidão, nas palavras dele:

O verdadeiro fardo era repensar a relação entre escravidão e império, dissociando a escravidão das premissas prevaletentes sobre os propósitos das possessões ultramarinas, e desenvolver alternativas práticas, viáveis e atraentes.

Conclusão

Como vimos, os debates sobre as causas da abolição foram de interpretações que enfatizavam esse acontecimento como consequência natural da propagação dos interesses imperiais britânicos para outras que destacavam a necessidade para se construir uma concepção alternativa de império sem escravos. Faz-se necessário assim esmiuçar os processos de construção de concepções do império britânico que se tornaram avessas ao escravismo. Nessa pesquisa, ainda em andamento, investigaremos se essas alternativas puderam ser construídas a partir da diferenciação, senão da rivalidade, entre o império britânico e as monarquias católicas europeias, aprofundando assim a hipótese citada de Linda Colley. Nosso foco é estudar o desenvolvimento histórico dessas rivalidades e da expressão delas em questões relativas à escravidão pela via da atuação na esfera pública de intelectuais, viajantes, jornalistas, etc.

Referências

- ANSTEY, Roger. *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*. Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press, 1975.
- ASHWORTH, J. The relationship between capitalism and humanitarianism. *The American Historical Review*, vol.92, nº 4, 1987.
- BROWN, C. *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- CANIZARES-ESGUERRA, J. *Toward a "Pan-American" Atlantic*. In: Puritan Conquistadors Iberianizing the Atlantic, 1550-1700. Stanford University Press, 2006.
- COLLEY, L. Britishness and Otherness: An argument. *Journal of British Studies*. Vol 31, 1992.
- COLLEY, L. *Britons: Forging the Nation. 1707-1837*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- COUPLAND, R. *The British Anti-slavery Movement*. London: 1933.
- DAVIS, D.B. *El problema de la esclavitud en la cultura occidental*. Buenos Aires: Editora Paidós, 1968.
- DAVIS, D.B. Re-examining the problem of slavery in western culture. Proceedings of the American Antiquarian Society. *American Antiquarian Society*, vol. 118, 2008.
- DAVIS, D.B. *The problem of slavery in the age of revolution*. Ithaca: 1975.
- DRESCHER, S. *Econocide: British Slavery in the era of Abolition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.
- DRESCHER, S. *From Slavery to Freedom: Comparative Studies in the Rise and Fall of Atlantic Slavery*. UK: Palgrave Macmillian, 1999.
- ELTIS, D. Abolition and Identity in the Very Long Run. In: *Migration, Trade, and Slavery in an Expanding World*. Leiden, the Netherlands: BRILL, 2009.
- ENGERMAN, S. Review: The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1819. *African Economic History*, nº1, 1976.
- GREENE, J. Liberty, slavery and the transformation of British identity in the eighteenth century West Indies. *Slavery&Abolition: A journal of slave and post-slave studies*, vol 21, nº 1, 2000.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações sobre uma categoria de sociedade burguesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- HARRIS, Bob. *Print Culture*. In: DICKINSON, H.T. *A Companion to Eighteenth-Century Britain*. Blackwell Publisher, 2007.

HASKELL, T. Capitalism and the origins of the humanitarian sensibility, *The American Historical Review*, abril e junho de 1985.

HOLT, T. Explaining abolition. *Journal of social history*, 1990

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

WILENTZ, Sean. *The rise of American democracy: Jefferson to Lincoln*. W. W. Norton & Company, 2006.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SOBRE O AUTOR

Filipe Robles é graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Recebido em 24/01/2019

Aceito em 13/03/2019